

# Parlamentaristas dão 1 ano para Sarney mudar sistema

BRASÍLIA — Um período de transição de 12 meses, durante o qual o presidente José Sarney, auxiliado por um primeiro-ministro e um ministro-extraordinário da Comissão de Transição, comandará a implantação do parlamentarismo. No final desse prazo, Sarney, com o tempo de mandato que a Constituinte decidir, será apenas o chefe de Estado, delegando todas as atribuições de governo ao primeiro-ministro.

Essa proposta obteve, após três horas de debate, o consenso dos grupos parlamentaristas — exceto o PCB e o PC do B — e será levada ao relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). “Sempre acusaram os parlamentaristas de não terem competência para formular uma proposta de unidade. Agora a temos”, disse o senador José Richa (PMDB-PR), no final da reunião ocorrida no 10º andar do anexo I do Senado.

**Com ou sem acordo** — “O privilégio de saber o que é e o que não é bom para o país não é de uma única pessoa”, afirmou Richa, reagindo à decisão do Palácio do Planalto, que lutará pelo sistema presidencialista. “Nós estamos fazendo uma Assembléia Nacional Constituinte. Estamos examinando o assunto há meses e resolvemos fechar com o parlamentarismo, com ou sem acordo.”

Os parlamentaristas não chegaram a consenso na questão do mandato do presidente Sarney. “Essa negociação poderá se estender até a votação em plenário”, opinou o

deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), presente ao encontro. Segundo a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), os parlamentaristas basearam-se nas emendas dos senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ), acrescentando propostas dos senadores Carlos Chiarelli (PDS-RS) e José Fogaça (PMDB-RS).

**Seis anos, não** — As modificações mais importantes ocorreram nas disposições transitórias. Prevêem que, imediatamente após a promulgação da nova Constituição, o presidente Sarney escolherá um primeiro-ministro, cujo gabinete não poderá ser derrubado durante os 12 meses subsequentes. Em contrapartida, a Câmara dos Deputados não poderá ser dissolvida nesse prazo. Essa é, segundo o deputado Genebaldo Correia, a fórmula imaginada pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, como sistema de governo permanente. Os parlamentaristas decidiram adotá-la como disposição transitória, por 12 meses.

Além de nomear o primeiro-ministro, o presidente Sarney indicará o ministro extraordinário da Comissão de Transição, que ficará encarregado de proceder aos ajustes necessários na máquina burocrática para o funcionamento do parlamentarismo puro.

Segundo a deputada Sandra Cavalcanti, levantou-se na reunião a possibilidade de fixar o mandato de Sarney em seis anos.

## Discussão do regime tumultua PFL

Impera a confusão no PFL. Os adeptos do presidencialismo estão revoltados. Os parlamentaristas também. E o presidente do partido, senador Marco Maciel, diz que é presidencialista mas negocia o parlamentarismo, conforme declarou ao senador José Richa. O líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço, não esconde, por sua vez, a irritação: “Não sei o que o presidente José Sarney decidiu. De manhã é uma coisa, de tarde é outra. O presidente precisa ser mais afirmativo”.

Lourenço, que havia ameaçado substituir os parlamentaristas da Comissão de Sistematização — o partido tem 24 representantes e o seu secretário-geral, deputado Saulo Queiroz, diz que 11 são parlamentaristas — recuou na tarde de ontem. Não era para menos. Ao saber das idéias do líder na Câmara a reação foi negativa na bancada. O deputado Alcei Guerra (PR), adepto do parlamentarismo disse: “Esta idéia de substituição é imbecil”. Já o senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, foi irônico: “É mais fácil eu destituir o Lou-

renço da liderança do PFL do que ele me tirar da comissão”.

**Impasses** — Arinos, segundo o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), é a única alternativa dos parlamentaristas para encontrar uma solução definitiva quanto ao sistema de governo: “Cabe ao senador Arinos procurar o presidente José Sarney para conversar e nos trazer opiniões isentas”. Arinos se recusa: “Tenho influência mas não tenho liderança”. O senador acha que a Sistematização, com maioria de 52 votos, conforme cálculos da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), vai aprovar o sistema de governo. Autor da emenda parlamentarista na qual o relator Bernardo Cabral se baseou para fazer o anteprojeto de Constituição, Arinos só vê uma saída para os vários impasses: “Vamos aprovar o parlamentarismo no corpo permanente da Constituição e deixar a data de vigência para discutir em outra ocasião”.

Data de vigência não é importante para o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado. Ele acredita numa solução negociada para a implantação gradual, nos próximos três

## Frota continua como porta-voz

BRASÍLIA — Em meio ao impasse criado com a discussão sobre o sistema de governo a ser adotado pela Constituinte, o presidente José Sarney precisou contornar um princípio de crise em sua equipe, evitando a saída do jornalista Frota Neto do cargo de porta-voz do Palácio do Planalto. A idéia de Sarney era levar Frota ou Getúlio Bittencourt, o secretário especial de Comunicação, para a presidência da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), mas ontem, diante da decisão de Frota Neto de pôr seu cargo à disposição, o presidente desistiu das mudanças para mantê-lo no governo. O porta-voz não quis fazer comentários sobre o episódio.

Desde que assumiu a secretaria de Informação e Divulgação do Planalto (SID), em substituição ao jornalista Fernando César Mesquita, Frota Neto tem enfrentado dificuldades no exercício do cargo. Uma das mais recentes dificuldades ocorreu durante coletiva com jornalistas credenciados no Palácio: Frota negou o aumento de gasolina, que seria anunciado menos de uma hora depois pelo Conselho Nacional de Petróleo. Sem contar que, na mesma época, o porta-voz foi surpreendido com a viagem do presidente José Sarney a Belo Horizonte, para um encontro com o governador Newton Cardoso, o que acabou com um pedido de desculpas públicas do chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys.

Há cerca de 15 dias, Frota foi sondado sobre a possibilidade de deixar a SID para dirigir a EBN — comandada pelo jornalista Ruy Lopes —, e não demonstrou entusiasmo.

anos, do novo sistema de governo, conforme vem sendo discutido entre pefelistas e pemedebistas. Os presidencialistas, porém, acham que o PFL deve manter sua disposição de apoiar a manutenção do atual sistema e garantir os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. “O presidente emite sinais, eu tenho indícios de que ele ainda está tentando um entendimento mas não vou recuar. Sou presidencialista e a Nação já está cansada deste debate. Vamos para definições”, exigiu o líder do PFL, senador José Lourenço.

No final desta semana ou início da outra, segundo Lourenço, o PFL vai reunir a Comissão Executiva Nacional para fechar questão em favor do presidencialismo que passará a ser então uma direttriz partidária. A medida poderá permitir que o comando do partido, dependendo do ânimo dos seus integrantes, possa até punir os pefelistas que apoiam o sistema presidencialista. No partido, porém, ninguém acredita num radicalismo deste: “É impossível que o PFL vá fazer uma coisa desta”, diz o deputado Lúcio Alcântara (CE).

## Sem acordo, novo regime será fraco

Hoje é o último dia para que o deputado Bernardo Cabral entregue mais um anteprojeto da nova constituição ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. Hoje não é, necessariamente, o último dia para que parlamentaristas e presidencialistas se entendam em torno de um sistema de governo que possa substituir o atual. O prazo fatal para que tal ocorra será qualquer dia entre 21 de setembro e 5 de outubro, quando a Comissão de Sistematização votará o anteprojeto de Cabral.

Até lá, o governo, de um lado, e os parlamentaristas, do outro, continuarão se preparando para a paz de um acordo ou para a guerra de uma disputa que será decidida por uma diferença mínima de votos. Na ausência de um pacto que fosse firmado ainda hoje, Cabral insistirá em propor no anteprojeto o modelo de parlamentarismo sugerido pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e que constou do anteprojeto anterior. Com uma novidade: o novo sistema de governo só vigorará a partir da posse do sucessor de Sarney.

A data de vigência do parlamentarismo ficou em aberto no último anteprojeto apresentado por Cabral há mais de 15 dias. Ela é um sério

empecilho para que os parlamentaristas se entendam entre si e para que possam, de uma posição de força, negociar com o governo, que defende a manutenção do presidencialismo. A facção parlamentarista do PFL quer seis anos de mandato para Sarney, uma forma gradual de parlamentarismo em 1988 e no ano seguinte, e a adoção do parlamentarismo clássico somente em 1990.

O PMDB parlamentarista, que parece ser hoje a maioria do partido, não tem uma posição homogênea. O senador José Richa (PMDB-PR) e seus liderados admitem um mandato de seis anos para Sarney, com a entrada em vigor do parlamentarismo puro em 1989. O senador Fernando Henrique Cardoso e a esquerda do PMDB não arredam pé do mandato de cinco anos com o parlamentarismo definitivamente implantado no último deles. São, todas elas, posições passíveis de ajustes e de correções a cada dia.

O governo aposta no desentendimento entre os parlamentaristas para forçar a manutenção do presidencialismo que poderia, em sua nova forma, incorporar algum conteúdo parlamentarista com o fortalecimento do Congresso. Os parlamentaristas apostam na hipótese de que o governo, reconhecendo que eles são maioria na Constituinte, ceda, afinal, e negocie a introdução de um parlamentarismo a conta-gotas.

Sem acordo no âmbito da Comissão de Sistematização e, depois, no plenário da Constituinte, o sistema de governo que emergir com a vitória de qualquer um dos lados será fraco e produzirá novas crises.

## PINGA-FOGO

\* Ao ministro Aluísio Alves e aos secretários estaduais de Administração, o deputado Ulysses Guimarães revelou que a nova Constituição deverá permitir a sindicalização e garantir o direito de greve dos servidores públicos.

\* A entrega hoje do anteprojeto da Constituição poderá, uma vez mais, ser apenas simbólica. O deputado Bernardo Cabral imagina ganhar o fim de semana para revisar seu trabalho, que entrou ontem em sua sétima versão.

\* A emenda que acaba com os marajás, e que o deputado Cabral adotou no seu novo anteprojeto, é de autoria do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP).

\* Do senador José Agripino

Maia (PMDB-RN): “A briga entre parlamentaristas e presidencialistas só será decidida no plenário da Constituinte e, mesmo assim, na última hora”. O senador é parlamentarista e favorável a um mandato de quatro anos para Sarney.

\* O ministro Aluísio Alves reuniu-se ontem pela manhã durante 45 minutos com o deputado Bernardo Cabral no apartamento dele. Cabral sumiu do Congresso nos últimos dois dias — escondeu-se em casa ou na casa do deputado Adolpho de Oliveira (PL-RJ).

\* Do “Radical de Araxá”: “Aprecio os discursos do deputado José Lourenço mas não confio nele”.

Ricardo Noblat

## Palco da batalha

São 93 os votos da Comissão de Sistematização, avidamente disputados pelo governo e pelos parlamentaristas. O anteprojeto de Constituição que ali for aprovado só poderá ser alterado em qualquer dos seus artigos por uma maioria de 280 votos entre os 559 que será possível reunir no plenário da Constituinte. Matematicamente, qualquer dos lados que obtiver 47 votos na Comissão de Sistematização terá mais chances de impor o sistema de governo do seu gosto na aprovação final da futura Constituição. O preço de um desses votos tende a subir mais depressa que a inflação.

## Os votos decisivos

A batalha em torno do sistema de governo será decidida na Comissão de Sistematização pela facção parlamentarista do PFL. Ali, ao todo, o PFL tem 24 votos, 11 ou 12 dos quais parlamentaristas. Mesmo esses têm um compromisso de se declarar em favor do modelo de presidencialismo que o governo preferir se o presidente Sarney não aceitar fórmula nenhuma de parlamentarismo. O bloco é parlamentarista-sarneista — ao cabo, mais sarneista do que parlamentarista. Promete virar anti-Sarney se for obrigado a votar no presidencialismo. Coisas da política nacional...

## Ânimo variado

Os parlamentaristas ganharam novo ânimo na quarta-feira. Naquele dia, o senador José Richa conversou longamente com o ministro do Exército, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) se reuniu com o general Ivan de Souza Mendes, chefe do PFL, e os deputados Alcei Guerra (PFL-PR) e Saulo Queiroz (PFL-MTS) se encontraram com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Saíram animados com o que disseram e ouviram. O chefe do SNI não esconde que é parlamentarista. O ministro do Exército teria se sensibilizado com os argumentos de Richa. Desanimaram ontem, outra vez.

## O fantasma dos 4 anos

Ele parecia ter sido exorcizado pelo discurso em que o presidente Sarney se auto-investiu de um mandato de cinco anos e pelo consenso que se estabeleceu entre a maioria do PMDB, também favorável à mesma coisa desde que acompanhada de algum tipo de parlamentarismo. O fantasma do mandato de quatro anos reapareceu com a insistência de Sarney em manter o presidencialismo como sistema de governo. Se derrotados, os parlamentaristas ameaçam engrossar o cordão dos que desejam ver Sarney pelas costas a partir do início de 1989.

## Grupo do PFL se rebela contra líder

Um grupo de onze parlamentaristas do PFL, todos da Comissão de Sistematização, passou a se movimentar por conta própria na última semana, negociando entre si e diretamente com setores do PMDB, além de mandar recados para o governo e promover desafio a liderança presidencialista do deputado José Lourenço.

“Nós estamos contra a liderança agora, mas depois, uma vez aprovado o parlamentarismo nas disposições permanentes, nos uniremos a todo o partido para aprovar um período de implantação mais longo nas disposições transitórias”, informou o secretário-geral Saulo Queiroz, um dos integrantes do grupo.

A deputada Sandra Cavalcanti participou em nome do grupo das negociações com o senador José Richa, presentes também constituintes do PDS e do PTB, para a elaboração da proposta de consenso entre os parlamentaristas. De

noite, dez dos onze parlamentaristas do PFL — o senador Afonso Arinos, tem sido poupado da rotina das negociações — se reuniram na residência de Saulo Queiroz para fixar posições e definir uma estratégia.

**Argumentos** — Na tarde de quarta-feira, Queiroz, o deputado Alcei Guerra e o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, procuraram o líder do governo, Carlos Sant'Anna, em seu gabinete, com um recado claro: as pressões de José Lourenço sobre parlamentaristas do partido poderiam resultar em recuos, obtendo o governo a aprovação do sistema presidencialista. Mas o presidencialismo nessas condições comprometeria irremediavelmente a já frágil sustentação política de Sarney.

“O raciocínio é simples”, diz Alcei Guerra. “A Aliança Democrática já acabou, o PFL tem uma convenção em novembro e será muito difícil conter a tendência das bases, de romper com o governo. Somente um novo sistema possibilitará um novo arranjo de forças, uma nova maioria parlamentar”.

Além dessa argumentação, o grupo considera a possibilidade de a esquerda parlamentarista, aliada às forças parlamentaristas, aprovar os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, na hipótese de passar o presidencialis-

mo; e ainda a chance de se eleger para a presidência “uma liderança carismática” com todos os poderes presidencialistas.

Chamada geral — Sant'Anna achou a argumentação “séria e procedente”, prometendo levá-la ao presidente José Sarney. O presidente já a conhecia, desde o final de semana, quando recebeu um grupo de parlamentaristas no Palácio do Alvorada, inclusive o senador José Richa, Queiroz e o deputado Cid Carvalho.

Mesmo sem uma resposta formal de Sant'Anna ao pedido de que o governo considere com seriedade a possibilidade de tomar parte nas negociações parlamentaristas, o grupo continuou se movimentando. De tarde, todos foram convocados para a reunião na casa de Saulo — os deputados José Jorge (PE), José Thomaz Nonô (AL), Mendes Thame (SP), Alcei Guerra (PR), Arnaldo Prieto (RS), Sandra Cavalcanti, e os senadores Carlos Chiarelli (RS), José Lins (CE) e Marcondes Gadelha (PB). A arremetida dos parlamentaristas que não integram a Sistematização, segundo José Jorge, será feita numa segunda etapa: “Primeiro temos que garantir a aprovação do parlamentarismo na Comissão de Sistematização”, afirmou.

# Brossard quer que Constituinte defina logo sistema de governo

SÃO JOÃO DEL REI, MG — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, em discurso que fez na Câmara Municipal para agradecer o título de cidadão honorário, criticou a demora da Constituinte em definir o futuro sistema de governo e disse que, se o parlamentarismo não for adotado em sua forma clássica, “antes não adotá-lo”.

Comentando o primeiro anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), Brossard disse que “houve inovações surpreendentes e nem sempre felizes”. Citou como exemplo a proposta de mudança do nome da Câmara dos Deputados para Câmara Federal, “quando federal é o Senado, por representar a Federação”, e ressaltou que o Supremo Tribunal Federal “correu o risco de ser mutilado”.

Segundo o ministro da Justiça, a Constituinte está sob “a coerção das minorias desvairadas, que anunciam que irão rasgar a Constituição ainda em elaboração, e, portanto, indefinida, se não for como elas entendam que deva ser”.

Para Brossard, a alternativa para a questão do sistema de governo é parlamentarismo ou presidencialismo. Condenando os defensores do sistema misto, que chamou de combinações cerebrinas”, advertiu que “corre-se o risco de ser arbitrário, pretendendo-se compor soluções híbridas” que desprezem as regras específicas de cada sistema. Ressaltou ainda que, no caso de adoção do parlamentarismo, a entrada em vigor deve ficar para o sucessor do presidente José Sarney.

Depois do discurso, Brossard declarou que não falou em nome do presidente Sarney. “Tudo o que eu disse é pensamento meu”, assegurou. Mas é certo que levou o texto do discurso, que começou a ser preparado na semana passada, ao Palácio do Planalto para colher sugestões do presidente.

Embora redigido por Brossard, o discurso teve a colaboração do assessor especial da Presidência da República, Virgílio Costa. Na terça-feira passada, véspera da viagem para Belo Horizonte, Brossard submeteu a versão final ao presidente Sarney.

## Deputados reagem com indiferença

BRASÍLIA — “Quem fez? O Brossard?! Então deixa para lá.” A reação do deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) refletiu a indiferença com que os constituintes receberam as críticas do ministro da Justiça, Paulo Brossard. D'Ávila disse que, na verdade, o ministro gostaria de estar participando, como parlamentar, dos trabalhos da Constituinte, “o que seria uma coisa enriquecedora, não tivesse ele renegado todo o seu passado de luta”.

“Eu lamento que o ministro Paulo Brossard, que sempre foi expressão de luta do PMDB, esteja agora assumindo a bandeira do autoritarismo, procurando criticar a Constituinte que tem mantido o processo de transição democrática”, afirmou o deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE).

O deputado Victor Faccioni (PDS-RS) reagiu assim: “A Constituinte é que tem dado sustentação ao governo, pois ela é integrada, em sua maioria, pelos partidos do próprio governo. O ministro fez uma crítica interna ou, no mínimo, uma autocritica”.